

Contribuições de Goffman para os estudos de gênero: reflexões acerca de aproximações e afastamentos com o pensamento de Judith Butler

Goffman's contributions to gender studies: reflections on similarities and differences with Judith Butler's thought

Thais Regina Santos Borges¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Neste texto, trago reflexões acerca das contribuições dos estudos de Erving Goffman (1977, 1979) sobre gênero social, entendendo-os como parte de seu legado para a área da Linguística Aplicada, com base nos conceitos de “displays de gênero” (Goffman, 1979, p.1) e “generismos” (Goffman, 1977, p.325) e suas aproximações com a dos conceitos de performance e performatividade de Judith Butler (1988, 1990, 2004, 2011, 2014). Assim, tangencio suas limitações sócio-historicamente situadas, defendendo a complementaridade do olhar gofmaniano para entender performances de gênero, sem suplantando a originalidade e a centralidade da ideia de performatividade para os estudos de gênero, que também é, em contrapartida, de grande valia para a expansão do trabalho de Goffman nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE:

Performance. Performatividade. Gênero. Goffman. Butler.

ABSTRACT

In this paper, I reflect on the contributions done by Erving Goffman (1977, 1979) on social gender as part of his legacy to the field of Applied Linguistics, based on the concepts of “displays of gender” (Goffman, 1979, p.1) and “generisms” (Goffman, 1977, p.325) and how they connect to Judith Butler's (1988, 1990, 2004, 2011, 2014) concepts of performance and performativity. In order to do so, I lightly touch some socio-historical, situated limitations to the studies, nonetheless defending the complementarity of the Goffmanian gaze to understand gender performances, without supplanting the originality and centrality of the idea of performativity for gender studies, which is also, in turn, of great value for the expansion of Goffman's work in this context.

KEYWORDS:

Performance. Performativity. Gender. Goffman. Butler.

Recebido em: 30.03.2021

Aceito em: 14.06.2021

¹E-mail: thairsborges@gmail.com | ORCID: 0000-0002-2595-5618

1. Introdução

Ao abordar questões de gênero em *The Arrangements Between the Sexes* (1977) e *Gender Advertisements* (1979), Erving Goffman trabalha os conceitos de “generismos” (Goffman, 1977, p.325) e de displays de gênero (Goffman, 1979, p.1) como construções socioculturais que se configuram nos gestos (displays) que são repetidos e associados a sujeitos classificados a partir de seus modos de expressar um ou outro gênero a partir de repertórios que emulam aspectos considerados masculinos ou femininos (generismos). Para o sociólogo, essa classificação social das pessoas a partir de seu sexo é equivocada, ainda que eficaz na reificação de traços atrelados aos sujeitos a partir de sua pertença a essa ou aquela “classe sexual” (Goffman, 1977, p.302), categoria usada por ele para falar do binário homens-mulheres.

Judith Butler, por sua vez, em seu artigo seminal de 1988, *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory*, aborda a identidade de gênero como um construto social que se configura na “performatividade” de atos performativos de sujeitos generificados, entendidos como suas “performances” (Butler, 2011, online). Esses atos performativos moldam as identidades a partir de uma “matriz de inteligibilidade” (Butler, 2004, p.43), cujos contingenciamentos repousam em estruturas rígidas, não somente sociais e culturais, mas também discursivas e ideológicas, que (re)produzem ou desafiam a ordem binária heteronormativa (Butler, 2004).

Para Goffman, bem como para a filósofa, tanto sexo quanto gênero são construtos sociais, em uma visão definitivamente nada biologizante de gênero. Nessa linha de pensamento, defendem um olhar atento à socioconstrução das identidades de gênero, que foque na observação atenta às práticas identitárias configuradas em interação, levando em consideração sua relação com instituições e estruturas sociais da esfera macro. Essas miradas configuram pontos de encontro entre ambos, apesar de haver notória diferença epistemológica na abordagem que constroem em seus estudos, como ficará evidente ao longo deste trabalho.

Ao abordar os conceitos de performance e performatividade de gênero em seu texto seminal, Judith Butler (1988, p.528) o faz “em oposição a uma visão como a de Erving Goffman, que propõe um *self* que assume e troca vários papéis dentro das complexas expectativas sociais do ‘jogo’ da vida moderna”. Para Butler, há enorme diferença entre a construção de si apresentada no icônico livro *The Presentation of Self in Everyday Life* publicado por Goffman em 1959 e sua proposta de entendimento acerca das construções de gênero. Em contraste com o sociólogo, a filósofa defende seu ponto de vista de que o “*self* não é apenas irremediavelmente

‘exterior’, constituído no discurso social, mas que a atribuição de interioridade é, em si mesma, uma forma de fabricação de essência regulamentada e sancionada publicamente” (Butler, 1988, p.528). Ou seja, para ela, há uma retroalimentação entre as construções de gênero compartilhadas cultural e socialmente, e as subjetividades ideológica e discursivamente construídas, que configuram uma relação constitutiva entre performance e performatividade, conceitos explicados adiante. Assim, o que propõe Butler vai de encontro a uma leitura restrita à metáfora do teatro que Goffman usa em 1959, ao falar de um sujeito que constrói seu *self* em atuações (exterioridade) que se distinguem em termos práticos do que se dá nos bastidores (interioridade), ao apontar a oposição entre “*frontstage*” e “*backstage*” com referência às “regiões comportamentais” da interação social do indivíduo (Goffman, 1959, pp.66-86.). Isso evidencia uma fundamental diferença epistemológica entre a concepção goffmaniana de um *self*-ator consciente de seu tempo-espaço de atuação e o entendimento butleriano acerca de sujeitos cujas subjetividades são coconstruídas na performatividade discursiva de seus atos, à revelia de sua consciência, ainda que com espaço para expressões do desejo via agentividade contingenciada.

Nas reflexões que trago aqui, atento, portanto, para o fato de Judith Butler se distanciar abertamente de Goffman por entender que suas representações do *self* de 1959 são de alguma maneira essencialistas ao preverem um sujeito agente, que se propõe a gerenciar suas próprias impressões e aquelas que outros fazem de si. Esse sujeito, em tese, construiria suas práticas sociais, discursivas e identitárias, com base nas impressões que emana e que recebe de volta (Goffman, 1959). No entanto, reforço, essa visão de um sujeito goffmaniano pré-social não procede para além dessa metáfora da qual o próprio sociólogo se afasta posteriormente, como notado por diversos estudiosos, dentre eles o sociólogo Greg Smith (2010). Em obras seguintes, apesar de sua inclinação sociológica à categorização de pessoas na organização social de uma dada cultura, seja quando aborda a socioconstrução de estigma (Goffman, 1963), seja quando fala de homens e mulheres enquanto classe sexual (Goffman, 1977, 1979), o intelectual trabalha em referência ao posicionamento social de indivíduos. Nesse contexto, ainda que Goffman se atenha ao fenômeno em copresença, ao aqui e agora da interação, ela é sempre culturalmente situada e jamais atomizada.

De todo modo, evidentemente, compreender a organização de indivíduos como mais ou menos estáveis em relação à sua cultura não necessariamente significa atentar para relações assimétricas de poder, discurso e ideologia, essencial do ponto de vista da performatividade (Butler, 1988, 1990, 1993, 2004). O que advogo é que isso também não exclui a possibilidade de se

trabalhar nesse sentido. Ao contrário. É possível complementar olhares para que o trabalho em cima da performance butleriana, instanciada em nível micro e, portanto, situada, possa ser melhor explorado. E, em contrapartida, o trabalho interacional goffmaniano possa ser melhor lido com uma noção mais ampla acerca dos contingenciamentos ideológicos e propriedades performativas da interação e o agenciamento citacional a eles inexoravelmente atrelados.

Em termos da categorização presente nos escritos de Goffman, ao falar de “classes sexuais” para se referir a mulheres e a homens como grupos sociais (Goffman, 1977, p.303), entendo que isso por si só não representa uma postura essencialista, apesar de seu caráter heteronormativo exigir cautela. Afinal, há que se entender a utilidade dessas categorias hegemônicas na busca por inteligibilidade das complexas identidades de gênero, heteronormativas ou dissidentes (Butler, 2004). Seguindo os passos de Judith Butler, entendo que devemos não necessariamente abolir, mas lidar com as categorias da maneira menos traumática possível, no sentido de buscar “desfazer” aquelas que regulam e limitam a expressividade de seres humanos em busca de “vidas vivíveis”, sim, mas também entender aquelas que dão coerência a certas identidades que dependem delas para formar sua “inteligibilidade identitária”, como afirma Butler (2004, p.1), na abertura de seu livro *Undoing Gender*. No caso, é preciso compreender as categorias e sua necessidade para indivíduos, pensando nos efeitos performativos de suas performances, o que parece tornar o trabalho de Goffman ainda mais frutífero.

Pelo exposto acima, apesar de ressalvas importantes, defendo uma leitura atenta dos escritos de Goffman sobre gênero social, como forma de complementar os estudos sobre performance e performatividade que se estabeleceram no contexto dos estudos do discurso e da interação social. A visão não-essencialista que se consolida em suas produções de 1977 e de 1979 pode possibilitar uma certa confluência entre esses olhares epistemológicos, ainda que respeitando as particularidades de diferentes visões. Especificamente em *Gender Advertisements* (1979), antecipo, Goffman nos presenteia com um pertinente sermão para falar de gestos/*displays* como “sintomas e não retratos” do gênero, que “refletem traços fundamentais da estrutura social, mas também podem facilmente contrabalancear arranjos substantivos e compensar por eles” (Goffman, 1979, p.8). Esse entendimento dos gestos e posturas que usamos em nossas interações, insisto, provê um excelente campo de análise para entendermos como a diferença de gênero se configura nas performances discursivas, reforçando o caráter sociosemiótico e multimodal da linguagem.

Para entender melhor essas importantes aproximações, começo pelo texto seminal de

Judith Butler de 1988, não sem antes explicitar seus conceitos de performance e de performatividade a partir do que ela mesma diz no portal web multimídia *Big Think* (Butler, 2011, online) e em sua palestra *When Gestures Become Event*, ministrada na Universidade de Sorbonne (Butler, 2014, online), para então abordar os escritos de Goffman sobre gênero.

2. Sobre atos performativos e constituição de gênero

Para Judith Butler há uma diferença crucial entre a atuação do indivíduo por meio de repertórios de gênero que possui disponível para si e a performance discursiva de gênero por meio de atos cujos efeitos criam e recriam tanto os sujeitos quanto esses repertórios. Para a filósofa, “uma coisa é dizer que o gênero é realizado” e outra é “dizer que o gênero é performativo” porque ao dizer que desempenhamos ou realizamos um gênero, “normalmente queremos dizer que assumimos um papel ou estamos atuando de alguma forma e que nossa atuação ou nosso papel é crucial para o gênero que somos e para o gênero que apresentamos ao mundo” (Butler, 2011, online). Contudo, acrescenta, “dizer que o gênero é performativo é um pouco diferente porque para que algo seja performativo significa que produz uma série de efeitos. Agimos, caminhamos, falamos e falamos de maneiras que consolidam uma impressão de ser homem ou de ser mulher” (Butler, 2011, online). Ou seja, não só atuamos conforme somos culturalmente adequados a fazê-lo, como preconiza Goffman (1959), (re)criamos os parâmetros pelos quais agimos, de maneira discursivamente engendrada por esses atos performativos. A performatividade é, nesse sentido, a qualidade agentiva dessa repetição que cria e recria modos generificados de ser/estar no mundo.

Nesse contexto, devemos entender “performance como um tipo de ação ou prática que não precisa de um palco proscênio” pois “performance pode e acontece nas ruas, nos shoppings, na vida comum e, podemos dizer, mesmo em cada instância possível de movimento e quietude” (Butler, 2014, online). Para a filósofa, há uma necessidade de distinção entre os campos de saber dos estudos da performance e os estudos do teatro para que possamos “expandir nossa concepção do que pode vir a ser plataforma para ação corporal” (Butler, 2014, online). Assim, é preciso “entender o senso de performance que encontramos no ato performativo e na performatividade em geral para que possamos entender onde o corpo pode ser achado no relacionamento entre linguagem e performance” (Butler, 2014, online).

Para melhor entender essa qualidade performativa do gênero, visito o texto *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory* (1988), escrito dois

anos antes de Judith Butler lançar o fundamental *Gender Trouble* (1990), em que ela nos convida a refletir a respeito da relação entre sujeito e discurso, com foco exclusivo na questão de gênero. Para tal, ela se opõe à visão teatral e fenomenológica de sujeito generificado que precede os atos discursivos, abordando os “atos constitutivos não só como constituindo a identidade do ator, mas constituindo aquela identidade como uma ilusão constrangedora, um objeto de crença” (Butler, 1988, p.519).

Já na abertura de seu texto, Butler implica não haver um sujeito que age antes da linguagem, alguém que “se coloca como a única fonte de seus atos constitutivos”, mas sim, que esse agente social pode ser interpretado como “um objeto ao invés de um sujeito de atos constitutivos”. Trazendo Simone de Beauvoir, Butler (1988, p.519) acrescenta que, dentro dessa visão, não podemos entender o gênero, portanto, como “uma identidade estável ou um lugar de agência de onde vários atos procedem” e, ao invés disso, devemos entender a identidade como “tenuemente constituída no tempo – uma identidade instituída por meio da repetição estilizada de atos”. Para a autora, instituímos gênero por meio de “estilizações do corpo” (Butler, 1988, p.519) e, assim, devemos entender gênero como “a maneira mundana com que gestos, movimentos e atos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um sujeito generificado permanente” (Butler, 1988, p.519). Assim, prossegue:

se o gênero é instituído pelos atos que são internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente que, uma identidade construída, uma conquista performativa que a audiência social mundana, incluindo os próprios atores, vêm a acreditar e a performar na forma de crença. E se a base da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos através do tempo, e não uma aparente identidade sem remendas, então as possibilidades de transformação de gênero serão encontradas na relação arbitrária entre tais atos, na possibilidade de um tipo diferente de repetição, na quebra ou na subversão da repetição desse estilo (Butler, 1988, p. 519).

Complementarmente, para Judith Butler, trabalhar com a ideia de performativo extraída de Austin (1962) e Derrida (1988) significa entender que um ato de fala conforme descrito por eles é um ato justamente porque ele é também um acontecimento. A partir dessa visão, o gênero é constituído nos atos do corpo e esses atos performativos constituem o gênero. Ou seja, conforme seu artigo originário, Butler (1988) entende que o gênero “não é passivamente escrito no corpo, e nem é determinado pela natureza, linguagem, o simbólico, ou a avassaladora história do patriarcado” e que gênero na verdade é “o que é colocado, invariavelmente, sob limites, diariamente e incessantemente, com ansiedade e prazer”, defendendo que seja estabelecida uma genealogia do gênero que confie em um entendimento fenomenológico dos atos como

“socialmente compartilhados e historicamente constituídos” (Butler, 1988, p.530).

Judith Butler reconhece ainda que enquanto o avanço político de mulheres necessita de muito trabalho, devemos ter cuidado para não acabarmos por reificar inadvertidamente a “restrição binária do gênero” e, como consequência, “suprimir as possibilidades de expandirmos o campo cultural por meio das várias formas de performances subversivas” (Butler, 1988, 531). Nesse sentido, a autora afirma que o sistema binário de gênero permite contestação justamente na “característica performativa dos atos” (Butler, 1988, p.520), uma vez que cada ato permite uma nova construção, ainda que limitada pelas estruturas rígidas, ideológicas inclusive, que constroem as interpretações e apropriações de gêneros diversos. Com base na visão foucaultiana de regulação por meio de disciplina e punição, Butler (1988) entende que as possibilidades de gênero serão “necessariamente constrangidas pelas convenções históricas disponíveis” (Butler, 1988, p.521) e, assim, mesmo nos atos mais subversivos, a construção de gênero se dá dentro de sanções e prescrições enquadradas culturalmente em uma “estrutura social comum” (Butler, 1988, p.522). Isso marca a importância de criar entendimentos acerca das categorias hegemônicas de classificação social, até para fins de compreensão da complexidade das performances de gênero de indivíduos que agem de maneira contingenciada, dentro dos limites da “matriz de inteligibilidade” do “masculino e do feminino” (Butler, 2004, p.43). E, dessa forma, o que poderia ser mais um ponto de tensão entre a leitura cultural binária trazida por Goffman e o borramento que Judith Butler parece propor ao falar de gênero social, se mostra, nas palavras acima, mais um ponto de complementaridade. Dentro da lógica não biologizante que ambos defendem, entender o que configura os grupos denominados homens e mulheres, cultural e socialmente classificados com base no sexo e, portanto, separados em “classes sexuais” (Goffman, 1977, p.303), é essencial para entender a dinâmica performativa que engendraram tais categorias hegemônicas, ou seja, binárias e heteronormativas.

Retomando Butler (2004, p.1), se por um lado “uma concepção normativa de gênero pode desfazer o senso de pessoa [*personhood*] que alguém tem, minando sua capacidade de perseverar em uma vida vivível” dentro da inteligibilidade que a norma lhe agregava, por outro, “em outros momentos, a experiência de uma restrição normativa desfeita pode desfazer uma concepção prévia de quem alguém é e inaugurar um novo alguém, com maior capacidade de viver [*livability*] como objetivo” (Butler, 2004, p.1). Até por isso, a autora reforça ainda que se “a Teoria *Queer* é entendida, por definição, por se opor a todas as alegações de identidade, incluindo a designação de um sexo estável”, por outro lado “mais importante do que qualquer pressuposição quanto à

plasticidade da identidade ou de fato seu *status* retrógrado é a reivindicação que a teoria *queer* faz de se opor a qualquer legislação de identidade à revelia” (Butler, 2004, p.7). E prossegue dizendo que “da mesma forma que a Teoria *Queer* se opõe àqueles que querem regular identidades e estabelecer alegações epistemológicas de prioridade para aqueles que reivindicam certos tipos de identidades, ela não só expande a comunidade com base em ativismo anti-homofóbico, mas, mais que isso, insiste que a sexualidade não é facilmente resumida e unificada por meio de categorização” (Butler, 2004, p.7). Desse modo, conclui que, a “categorização tem seu lugar”: ela só “não pode ser reduzida a formas de essencialismo anatômico” (Butler, 2004, p.8), o que Goffman também rejeita em seus trabalhos sobre gênero, reforçando que a noção de sexo não pode ser entendida como atributo ou classe, mas sim, como algo relativo ao corpo, mas que não se sustenta como justificativa para diferenciação social (Goffman, 1977), como ficará mais nítido adiante.

Em suma, há grande potencial nos trabalhos de Goffman acerca de gênero para entender como a prescrição cultural dessa “estrutura social comum”, a qual Butler (1988, p.522) se refere, se traduz no nível micro, ao olhar para a os arranjos do sexo (Goffman, 1977) e as propagandas generificadas (Goffman, 1979), conforme descrevo a seguir.

3. Sobre arranjos sociais com base em sexo e gênero

Em seu artigo *The Arrangements Between the Sexes* (1977), Goffman traz pontos importantes acerca da organização social que rege a relação entre pessoas de sexo/gênero diferentes, ainda que limitado por um parâmetro evidentemente heteronormativo. Nesse estudo, o foco de Goffman é a situação social, definida por ele como “a arena física em qualquer lugar em que uma pessoa entra e se vê exposta à presença imediata de um ou mais outros” ou “um encontro entre todos os presentes, mesmo que ligados somente por normas de ‘desatenção civil’ ou ainda de ‘vulnerabilidade mútua’” (Goffman, 1977, p.301).

Alguns conceitos-chave que o autor traz são: i) o gênero, indistinto de sexo, uma vez que é a “classe sexual” (Goffman, 1977, p.303) em que uma dada pessoa é alocada quando nasce e que determina formas específicas relacionadas às maneiras por meio das quais essa classe age, aparenta, sente; ii) “subcultura sexual” (Goffman, 1977, p.303), a caracterização da sociedade com base nessa divisão de classe sexual; iii) identidade de gênero, como o “senso de o que e quem o indivíduo é em relação à sua classe sexual, em termos de masculinidade e feminilidade” e que seria “a mais importante auto-identificação social” (Goffman, 1977, p.303); iv) a sexualidade,

como “padrões de atividade que envolvem estímulo sexual, experiência sexual e o perfil de indução dessas atividades, tomando forma de aparência, vestimenta, estilo, gosto, etc. de uma cultura específica” (Goffman, 1977, p.304); e, ainda, v) “características sexuais secundárias” (Goffman, 1977, p.304) relacionadas ou não às classes sexuais, mas que ajudam a “idealizar conceitos de masculinidade e feminilidade”. Para o autor, muitas práticas sociais são relacionadas às classes sexuais e são, portanto, parte do gênero. Contudo, nem toda sexualidade se distingue entre as classes sexuais, sendo manifestadas similarmente em ambas as classes, mantidas no binário homens/mulheres (Goffman, 1977).

Além disso, Goffman traz o conceito de “reflexividade institucional”, que ajuda a entender a origem da disposição do gênero em “classes sexuais” (Goffman, 1977, p.303), se dando por meio de “práticas institucionais arraigadas” cujo “efeito de transformar situações sociais em cenas para a performance de generismos para ambos os sexos” faz com que “muitas dessas performances assumam uma forma de ritual que afirma as crenças sobre a natureza humana diferencial dos dois sexos” (Goffman, 1977, p.325). Isso é algo muito pertinente para a linha de pensamento de Butler (1988, 1990, 1993) pois, ainda que não abarque a completude do conceito de performatividade, tangencia algo de suma importância na sua definição inicial como “um ritual cultural, uma reiteração de normas culturais, como o *habitus* do corpo em que dimensões de significados sociais e estruturais não separados finalmente” (Butler, 2000, p. 29). Nessa lógica, é de se esperar que a “reflexividade institucional” (Goffman, 1977, p.302), realizada por meio de “generismos” (Goffman, 1977, p.325), configure provavelmente uma das dimensões de significado social e estrutural da performatividade.

De uma maneira geral, traços, atributos e práticas relacionadas à construção de gênero são traduzidas como “generismos”, que seriam “práticas comportamentais de um indivíduo, ligadas à sua classe sexual” (Goffman, 1977, p.305). Esses, por outro lado, se diferem do “generismo institucional” (Goffman, 1977, p.306), que é aquele imposto como comportamento a cada uma das classes de maneira institucionalizada. Ao reconhecer a pressão institucional na caracterização do gênero, Goffman traz para discussão a questão dos papéis sociais de homens e mulheres, indicando a discrepância entre os dois e reforçando que essa divisão é prejudicial para as mulheres. Admitindo a inferioridade hierárquica em que é posicionada a mulher enquanto “categoria em desvantagem” (Goffman, 1977, p.307), o pensador não se aprofunda no porquê dessa desvantagem existir, justificando que o que considera “sociologicamente interessante sobre uma categoria desfavorecida não é a dor da desvantagem, mas a incidência da estrutura social em

geração de estabilidade”, afirmando que “a questão, então, não é que as mulheres recebam menos, mas sob que arranjo isto ocorre e que leitura simbólica é dada ao arranjo” (Goffman, 1977, p.307). Levando em consideração que uma ideologia hegemônica garante que esse arranjo social se mantenha por meio de “leituras simbólicas” (Goffman, 1977, p.302), a postura do acadêmico é absolutamente incontestável do ponto de vista sociológico, portanto, mas discrepante do ponto de vista temático desses estudos especificamente, o que fica evidente quando questões abordadas por estudiosas feministas parecem lhe escapar.

Nessa linha de pensamento, o autor afirma a desvantagem da mulher enquanto classe sexual, como se essa desvantagem concentrasse características referentes a dois tipos de indivíduos conglomerados: “aqueles que podem e são isolados em famílias inteiras e vizinhanças”, a exemplo do que é feito com “negros nos Estados Unidos dos anos 70”, por exemplo, “e aqueles que não” – vide “deficientes físicos” (Goffman, 1977, p.308). Para ele, mulheres não são nem de uma, nem de outra categoria, pois são na verdade “como serviçais”, que são “desvinculadas ecologicamente da congregação com seus pares”, forçando-as a ter uma relação de “coalização com seu macho, contra o resto do mundo” (Goffman, 1977, p.308). Ainda na visão do autor, mulheres, enquanto categoria, são definidas como “menos”, mas ainda assim estão “em posição de idealização, mitologizadas na maternidade, na inocência” (Goffman, 1977, p.308), o que é em si bastante problemático. Em complemento, o autor traz o “complexo da corte”, que organiza os sexos em relação à atração sexual, de acordo com o qual o homem assume a função de “ser atraído” e a mulher, a de “atrair”, o que deixaria as mulheres mais presas a padrões de beleza (Goffman, 1977, p.312), e o “sistema de cortesia”, que prevê a mulher como “preciosa, frágil, ornamental, sem instrução, imprópria para qualquer coisa que precise de força muscular, treinamento mecânico e elétrico ou risco físico”, garantindo assim ao homem o papel “daquele que ajuda”, papel no qual os homens veem “mais do que uma obrigação, uma licença para fazê-lo” (Goffman, 1977, p.312).

Essa visão pode parecer acertada no que tange a organização social dentro da matriz heteronormativa (Butler, 1993), mas perde muito quando extrapolamos para outras identidades de gênero e/ou focamos em outros atravessamentos interseccionais (Collins, 1990, 2019). Ao fazê-lo, a exigência de racialização da leitura torna essa visão gofmaniana da mulher insustentável, ou no mínimo profundamente limitada, ao falar de mulheres não-brancas, não-hegemônicas, com outros atravessamentos. Nessa linha, uma leitura interseccional (Collins, 1990, 2019) demonstra que esse construto de mulher proposto se dá com base na mulher branca, único corpo passível

desse tipo de mitologização positiva descrita por Goffman.

Essa observação é particularmente importante se levarmos em consideração que o feminismo negro estadunidense produziu vasta literatura a partir dos anos 60 e 70, bem antes do intelectual escrever seu texto. Mesmo naquela época, já era sabido que “a mulher”, mesmo a “ocidental”, nem sempre é “idealizada” como “inocente”, como Goffman propõe (1977, p.306) – mulheres negras, latinas e trabalhadoras brancas pobres em geral certamente não eram. De todo modo, essa constatação não deve impedir o uso do que constata Goffman (1977, 1979) em seus estudos. Ao contrário. Ela apenas clama por um olhar atento e crítico, que lance mão de lentes variadas para entender também os limites epistemológicos dos estudos sociais calcados na perspectiva heteronormativa colonial sócio-historicamente situada, que configura o ponto de vista branco. Assim é possível fazer conexões mais profundas e mais fortes objetivamente (Harding, 1993), sem tomar como verdade absoluta as leituras perspectivadas de qualquer intelectual. Ouso dizer que para estudos direcionados à construção social das identidades brancas, com foco na branquitude enquanto um conjunto de práticas sociais, discursivas e identitárias, contudo, essa leitura gofmaniana acerca do padrão da mulher branca como idealizada pode ser não só útil, como fundamental. Além disso, essa crítica cabe também a muitos estudos *queer*, como aponta artigo recém-publicado (Borges, 2020), o que torna essa limitação da não racialização mais um ponto de sutura entre a maioria dos campos do que de afastamento, ao falarmos de estudos de gênero.

Para além disso, um ponto importante na definição de gênero dada por Goffman (1977) é a ideia de que sexo e gênero são a mesma coisa, não havendo distinção entre um e outro senão por convenção, uma vez que ambos são construtos sociais, o que também é defendido por Butler (1988, 1990, 1993). Vale salientar ainda que, mesmo usando o termo “classe sexual” (Goffman, 1977, p.303), de forma alguma o sociólogo compartilha da visão de que podemos classificar indivíduos quanto ao seu sexo/gênero, alegando que “devemos pensar em sexo como propriedade dos organismos e não como uma classe deles” (Goffman, 1977, p.305). Essa ideia me parece muito semelhante à ideia de Butler (1988, 1990, 1993) de que gênero não pode ser simplesmente adjetivado por características vinculadas ao que lemos do corpo e/ou sexo, pois “fazemos” – ou “desfazemos” (Butler, 2004) – o gênero, que nada mais é do que uma sequência de atos, “um verbo e não um substantivo” (Butler, 1990, p.25).

Em sua definição, Butler (1990) afirma que o “gênero é a repetida estilização do corpo, um *set* de atos repetidos dentro de uma moldura altamente regulatória e rígida, que se molda/solidifica com o tempo para produzir a aparência de substância, de um tipo natural de ser”

(Butler, 1990, p.25). Nesse ponto vale frisar que, mesmo se aproximando do conceito no que tange ao fato de o gênero ser construído interacionalmente, Goffman não trata desse processo performativo em si, mas, sim, dos meandros das identidades sociais e dos gestos generificados, os *displays* de gênero (Goffman, 1979, p.1) e seus “generismos” (Goffman, 1977, p.325).

Esses conceitos, a meu ver, devem ser interpretados dentro do escopo sociosemiótico da performance butleriana e em relação à performatividade discursiva de gênero, conforme descritos anteriormente, porém não em sua substituição. Os “*displays* de gênero” (Goffman, 1979, p.1), dos quais falaremos mais especificamente em breve, podem ser lidos como os gestos que compõem as “estilizações do corpo” que traz Butler (1988, p.519) e os generismos (Goffman, 1977, p.325) seriam os repertórios culturais relativos ao gênero, que atuam como parâmetros contingenciais à performatividade discursiva dos atos. Contudo, nem um conceito, nem outro, dá conta da citacionalidade desses atos, qualidade que abarca a possibilidade de agenciamento por meio dos atos performativos, fundamental no conceito de performatividade discursiva do gênero. De qualquer forma, é interessante apontar que o processo descrito por Goffman como aquele que levará a “formas específicas relacionadas às maneiras por meio das quais essa classe sexual age, aparenta, sente”, citado acima, apresenta características em paralelo com o processo de *girling* e *boying* ao qual Butler (1993) se refere quando descreve o que acontece quando nascemos e nos designam um gênero ao dizerem “É uma menina!” ou “É um menino!” (Butler, 1993, p.232). Por essa lógica, no momento em que somos alocados em uma dada “classe sexual” (Goffman, 1977, p.303), passamos a performar um dado gênero por meio dos “atos performativos” atrelados à socioconstrução desse sexo (Butler, 1993).

Aqui aparece uma palpável congruência conceitual entre os pensamentos de Butler (1988, 1990, 1993) e de Goffman (1977, 1979), percebida na medida em que preconizam uma indissociabilidade entre gênero e sexo na leitura de identidade de gênero que oferecem. Para ambos, identidades de gênero são construídas, não de maneira voluntária, mas com base em estruturas mais rígidas e parâmetros culturais que são determinados constitutivamente pelas práticas sociais e discursivas que regem a construção de gênero. E o sexo de um indivíduo só tem inteligibilidade como item de diferenciação a partir de sua construção sociosemiótica de gênero. Ou seja, gênero e sexo são igualmente socioconstruídos para ambos intelectuais. Para Goffman (1977, 1979), isso se dá por meio dos encontros sociais, da cultura e da “reflexividade institucional” (Goffman, 1977, p.302) e, para Butler (1988, 1990, 1993), também interacionalmente, mas acima de tudo discursivamente, por meio da repetição, da citacionalidade

de atos performativos, dentro da moldura limitadora de estruturas mais rígidas de ideologia e poder (Butler, 1990, 1993, 1997, 2000, 2004, 2014, online).

Por fim, retomando os arranjos descritos por Goffman, o conceito de “sistema de identificação” (Goffman, 1977, p.318) aparece como uma espécie de “tipificação sexual à distância” que fazemos para colocar as pessoas em categorias. Uma de suas facetas é a nomeação, por exemplo, que envolve a titulação e os pronomes que usamos para designar alguém. Segundo o autor, todos esses aspectos do sistema de identificação encorajam a separação por classe sexual e tornam o sistema em si algo que é visto como um fenômeno natural (Goffman, 1977). Ao abordar traços que tornam possível essa identificação, Goffman (1977, p.323) traz novamente o conceito de “generismos” para falar da forma com que o indivíduo expressa sua identidade de gênero. Aqui ele parece tocar em algo crucial: generismos como formas de expressividade de gênero em um ambiente que os evoca (Goffman, 1977), o que aponta para o aspecto regulatório do repertório cultural que contingencia performances de gênero na citacionalidade da performatividade discursiva proposta por Butler (1988, 1990, 1993, 2004, 2014).

Para melhor entender a relação entre “generismos” de Goffman (1977, p.323) e as “estilizações do corpo” propostas pela definição de gênero de Butler (1990, p.25), cabe situar os *displays* de gênero (Goffman, 1979, p.1), também em relação à performatividade, processo que envolve a citacionalidade dessas performances e a possibilidade de subversão ou perpetuação ideológica do gênero, o que faço a seguir.

4. Sobre displays de gênero e performance

Dois anos após pensar nos *arranjos dos sexos*, Goffman se dedica a entender como funciona o gestual que retifica e ratifica as construções de gênero com base nos “generismos” (Goffman, 1977, p.325). Em *Gender Advertisements* (1979), Goffman mais uma vez vê situações sociais como seu foco de observação das mazelas das identidades de gênero e nos traz o conceito de “*displays* de gênero”, que são “retratos convencionados” “não-verbais” (Goffman, 1979, p.1), que qualquer cultura correlaciona com sexo; ou seja, são “os gestos e as posturas significantes de filiação de classe sexual que produzimos e reconhecemos quando estamos copresentes com outros” (Smith, 2010, p.168). Os *displays* funcionam como eventos indicativos do sistema em que há uma “agenda de *displays* que é usada de maneira seletiva nos rituais” (Goffman, 1979, p.2).

De uma maneira geral, *displays* são parte do que chamamos “comportamento expressivo”

(Goffman, 1979, p.3) e proveem uma espécie de evidência do “alinhamento” de um dado ator social na “reunião em que se encontra” (Goffman, 1979, p.1). Os *displays* de gênero possuem características bem peculiares e observáveis na interação. São elas (Goffman, 1979, p.2-3): i) *displays* são dialógicos e envolvem uma interação do tipo “sentença/resposta”, que pode ser “simétrica ou assimétrica” a depender dos atores envolvidos; ii) os rituais de *display* podem se dar no começo ou no fim da interação ou serem sobrepostos ao longo de toda a interação, sendo todos qualificados como “rituais parênteses”; iii) por “intenção ou efeito”, o indivíduo “se estiliza para garantir que receberá e dará os *displays* que julga lhe ser devido”; iv) *displays* são “multivocais ou polissêmicos”, ou seja, podem trazer mais de uma informação em seu código; v) variam consideravelmente no “grau de formalidade”; vi) podem “parecer opcionais”, podendo “nem ser começados, ou, quando começados, podem ser declinados e podem ser substituídos por outros modos alternativos”; vii) normalmente “não proveem uma representação de um relacionamento social específico, mas um conjunto mais amplo”; viii) as pessoas “podem estar cientes dos *displays* que empregam” e “podem escolher quais usar”.

Na leitura do sociólogo Greg Smith (2010), os *displays* de gênero de Goffman (1979) poderiam ser lidos como um equivalente da performatividade de Butler (1988, 1990), já que são “sombra e substância das hierarquias de gênero” (Smith, 2010, p.170). Contudo, penso que se por um lado Goffman (1979) enfatiza o poder constitutivo do micro em relação ao macro, não me parece justo afirmar que ele igualmente reforça a relação oposta. Mesmo que entendamos os “*displays* de gênero” como parte das “estruturas rígidas” e coercitivas mencionadas por Butler (1990, p.25), uma vez que fariam parte dessa “agenda” pré-concebida (Goffman, 1979, p.2), esse conceito não consegue abranger o caráter discursivo e citacional da performatividade, como dito acima. Acredito haver a possibilidade de entender esses *displays* como parte da performance, como expressões disponíveis para o corpo, e a partir daí conectá-los a outras dimensões, como a ideológica, por exemplo, a fim de começar a entender sua performatividade como ato contínuo de repetição. No entanto, substituir um conceito pelo outro não me parece coerente.

Relembrando a metáfora do teatro (Goffman, 1959), por exemplo, que preconiza a possibilidade de escolha de cenário, de adereço e fantasia particular para uma dada audiência, há uma possibilidade de autoconstituição que Butler (1990, 1993) não entende como possível, já que para ela o gênero é uma forma constituída no devir das subjetividades que perpassam e cercam o sujeito e não algo preconizado por ele mesmo. Assim, mesmo quando usa a metáfora teatral para falar de performance, Judith Butler (1993, 2011, 2014) está se referindo à instanciação do sistema

que envolve a performatividade enquanto qualidade daquilo que materializa, e não somente ao que acontece no aqui e agora da situação social da interação (Goffman, 1959, 1977, 1979). Levando esse pensamento de volta para a análise dos *displays* de gênero (Goffman, 1979), acredito poder aproximá-los do conceito de performance de Butler. Resumidos a gestos e posturas que podem ser manipulados voluntariamente (item viii) e podem parecer opcionais (item vi), os *displays* de gênero parecem tocar em aspectos da agentividade do sujeito em performance, sem disputar o caráter involuntário da performatividade de gênero, por exemplo.

Nesse sentido, observar como se configuram gestos/*displays* é de grande importância para o estudo da performatividade, já que “cruzam o domínio da linguagem e da performance”, juntamente com o “ato citacional”, o que agrega um sentido duplo à performatividade de gênero, para que não só compreendamos a sua dinâmica, mas também possamos entender o gesto em si “como uma prática crítica” (Butler, 2014, online). Se temos o corpo como a condição para a existência humana, temos nele uma ocorrência natural atravessada pela performatividade e o contexto da performance, desde que vejamos “a incorporação implicada por ambos gênero e performance” como “dependente de estruturas e mundos sociais mais amplos [já que] não podemos falar de corpo sem saber o que o suporta [institucionalmente, por assim dizer] e o qual é o relacionamento desse corpo com seu suporte ou, na verdade, com a falta desse suporte [institucional]” (Butler, 2014, online).

Em suma, “o corpo é mais uma relação do que uma entidade e não pode se dissociar completamente das condições (infra)estruturais e ambientais de seu viver.” (Butler, 2014, online). Por isso, o foco nos gestos/*displays* sugerido por Goffman (1979) se faz bastante pertinente e, de certo modo, complementar aos estudos da performance como uma das dimensões da performatividade de gênero, como concluo a seguir.

5. Conclusão

Em *The arrangement between the sexes*, Goffman (1977) cunha uma máxima instigante no que se refere ao gênero como construção social com a qual, sem dúvida, Butler (1988, 1990, 1993, 1997, 2000, 2004, 2014) iria concordar. Para ele, “o gênero, não a religião, é o ópio do povo” (Goffman, 1977, p.315). Nessa sua citação precisa sobre a fantasia das identidades de gênero como fixas e relacionadas de maneira classificatória com o sexo, o autor resume o que Butler (1988, 1990) defende, principalmente quando menciona a heteronormatividade como ficção (Butler; Rubin, 1994). Nesse contexto, quanto às crenças sobre gênero, Goffman acredita que

essas são em parte reforçadas pela normatização feita pela ciência popular e elas “não devem ser entendidas como parte do gênero”, pois “elas somente ajudam a reforçar a ilusão da identidade de gênero” (Goffman, 1977, p.305), o que também é inadvertidamente endossado por Butler (2004), em seu livro *Undoing Gender*.

Nesse contexto, friso como ponto de sutura entre a contribuição de Goffman (1977, 1979) e a contribuição de Butler (1988, 1990, 1993, 1997, 2000, 2004, 2014) a não aceitação da construção social das identidades de gênero e das “incorporações sexuadas” (Butler, 2015, online) como algo naturalmente dado ou biologicamente determinado, ao vislumbrar um diálogo mais estreito entre tais intelectuais. Nesse sentido, afirma Goffman (1979, p.9), “aceitar várias ‘expressões’ de feminilidade ou masculinidade como indicativo de algo biológico ou social-estrutural que se esconde por trás ou sob esses sinais, algo para ser olhado através deles” seria “talvez aceitar uma teoria de signos leiga”.

Em conclusão, mais do que não antagônicas, as visões do sociólogo e da filósofa são, sim, complementares e nada impede que nos valhamos de ambos em nossa arquitetura teórica, desde que respeitando os pontos de convergência e afastamento das teorias propostas e entendamos o nosso foco de investigação quando abordamos as questões de gênero e discurso, seja a performance em si (Goffman, 1977, 1979) ou a performatividade (Butler, 1988, 1990, 1993, 1997, 2000, 2004, 2014, online). Se é evidente que Goffman (1977, 1979) aborda pontos importantes que agregam ao entendimento dos contingenciamentos e atos performativos que Butler (1988, 1990, 1993, 1997, 2000, 2004, 2014, online) chamaria de performance de gênero, é também óbvio o foco de interesse do sociólogo na dinâmica da construção de significado na esfera micro, mais especificamente na situação social (Goffman, 1977, 1979), em oposição ao olhar mais amplo de Butler, que procura voltar seus estudos e sua vocação filosófica para questões relativas à performatividade desses atos. Isso fica evidente quando a filósofa alega que sua “discussão de Austin só faz sentido em relação à discussão de performatividade de gênero se pudermos identificar as convenções que operam na base do ato de fala com as normas que operam em um vasto escopo de estratégias de atribuição de gênero” (Butler, 2014, online).

De todo modo, essas questões relativas à performatividade discursiva do gênero incluem necessariamente a performance e suas dimensões corpóreas e discursivas, interacionalmente construídas, mantendo uma articulação constante entre micro e macro, não desenhando um sem o outro. Uma vez que ambas as discussões só são possíveis “se pudermos ver como o ato de fala nos afeta e nos anima em uma forma incorporada” (Butler, 2014, online), podemos afirmar sem

medo de errar que é nessa seara que poderemos nos banhar na fonte de Goffman, por meio da observância de como se arranjam os *displays* de gênero na organização social (Goffman, 1979, p.1), atentando para questões relativas aos “generismos” (Goffman, 1977, p.325), sempre que seja essa a demanda dos dados que temos em mãos, como preconiza o campo da Linguística Aplicada, em especial os estudos de interação social.

Não há lugar para ingenuidade para analistas de discurso do campo dos estudos interacionais ao focar em fenômenos sociais mediados pela linguagem como sociossemiose, em especial no que tange às socioconstruções de gênero. Assim, cabe ampliar o legado de Goffman, acrescentando-lhe as perspectivas mais amplas propostas por Judith Butler, bem como trazer seu olhar preciso da esfera micro para entender aspectos culturais e situados das performances de gênero.

Referências

AUSTIN, J. How to Do Things with Words. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BORGES, T. R. S. Modos Queer de Pesquisa Modos Queer de pesquisar e a questão racial: conjugando epistemologias feministas, interseccionalidade e decolonialidade. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Dossiê Perspectivas Queer nos Estudos da Linguagem, v. 21, n. 2, p.435-451, 2020.

BUTLER, J. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. Theatre Journal, v. 40, n. 4, p. 519-531, dez. 1988.

BUTLER, J. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, J. Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. Undoing gender. New York/London: Routledge, 2004.

BUTLER, J. Your behaviour creates your gender. Canal do YouTube: Big Think, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bo7o2LYATDc> Acesso: 29.03.2021.

BUTLER, J. When gesture becomes event. Canal do Youtube: Labo Labs, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/UUjwK0> Acesso: 29.03.2021.

BUTLER, J. Judith Butler fala das TERFs e do trabalho de Sheila Jeffreys e Janice Raymond. Blog Não Me Kahlo, 2015. Disponível em: <https://naomekahlo.com/judith-butler-fala-das-terfs-e-do-trabalho-de-sheila-jeffreys-e-janice-raymond/> Acesso: 29.03.2021.

BUTLER, J.; RUBIN, G. Sexual traffic. Interview. Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies. v. 6, n. 2+3, p. 62-99, 1994.

DERRIDA, J. Limited Inc. Northwestern University Press, 1988.

HARDING, S. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”? In: ALCOFF, L.; POTTER. Feminist Epistemologies. New York / London: Routledge, 1993.

- SMITH, G. Reconsidering gender advertisements. Performativity, framing and display. In: JACOBSEN, M. H. *The Contemporary Goffman*. Routledge: New York, 2010
- GOFFMAN, E. *The Presentation of self in everyday life*. New England: Northeastern University Press, 1959.
- GOFFMAN, E. *Stigma*. New England: Northeastern University Press, 1963.
- GOFFMAN, E. The arrangements between the sexes. *Theory and Society*, v. 4, n. 3, p. 301-331, Autumn 1977.
- GOFFMAN, E. *Gender advertisements*. New York: Harper & Row, 1979.
- RUBIN, G. The traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press, 1975.
-